



INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

Liliana Pereira

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: UMA PESQUISA
EXPLORATÓRIA NO SETOR DE CALEQUISSE**

Redenção/CE

2025

Liliana Pereira

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA NO SETOR DE CALEQUISSE

Trabalho de conclusão de curso projeto de pesquisa -
apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Dr^a. Prof^a. Geórgia Maria Feitosa e Paiva

Redenção/CE

2025

LILIANA PEREIRA

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Geórgia Maria Feitosa e Paiva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Orientadora/Presidente

Professor Doutor RICARDO OSSAGÔ DE CARVALHO
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Examinador Interno ao Programa

Professora Doutora GISLENE LIMA CARVALHO
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Examinadora Externa ao Programa

Sumário

1.	71.1 OBJETIVOS	10
1.2. Objetivo geral:		10
1.3. Objetivos específicos:		10
2. PROBLEMAS		10
2.1. Problema geral		10
2.2. Problemas específicos		10
3.	Error! Bookmark not defined. 3.1. A educação na tradição oral	12
3.2. A educação colonial		13
3.3. Sistema educativopois colonial guineense (lei de base)		14
3.4 Políticas Públicas e Educacionais na Guiné-Bissau		18
4. METODOLOGIA DE PESQUISA	Error! Bookmark not defined. 5. REFERÊNCIAS	25

RESUMO

A região de Cacheu, situada no norte do país, e durante o processo de escravidão os colonizadores usavam o porto da capital da região como porto de embarcação dos escravizados trazidos da Guiné-Bissau para as Américas em especial ao Brasil. O presente projeto de pesquisa tem como objetivo compreender de que maneira as políticas públicas e educacionais voltadas à educação de crianças e adolescentes do Ensino Primário/fundamental I , II e Secundário/Médio na região de Cacheu em especial no setor/município de Calequissé, na Guiné-Bissau, está sendo implementada entre 2010 a 2025. Em seguida, verificar condições da infraestrutura educacional existente, conhecer as políticas públicas aplicadas às zonas rurais, discutir as desigualdades entre áreas urbanas e rurais e propor soluções para a melhoria do acesso e permanência escolar. A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, utilizando-se o estudo de caso como método principal. As técnicas de coleta de dados incluem revisão bibliográfica, análise documental (Constituição da República da Guiné-Bissau e Lei de Base da Educação, de 2010). A realidade educacional guineense é marcada por carências estruturais, como a falta de salas de aula e de professores qualificados, além das elevadas taxas de repetência e evasão. O estudo parte da constatação de que, apesar da existência de marcos como a Lei de Bases do Sistema Educativo de 2010, persistem dificuldades significativas na efetivação do direito à educação, sobretudo nas zonas. O estudo pretende contribuir para o fortalecimento das estratégias de inclusão educacional em contextos vulneráveis, promovendo o direito à educação de forma equitativa e contextualizada às realidades das zonas rurais da Guiné-Bissau. A pesquisa buscará fornecer uma compreensão aprofundada e detalhada das políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau especificamente no setor de Calequissé, considerando diferentes perspectivas e fontes de dados.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Políticas Públicas. Educação Rural. Ensino Primário e Secundário. Calequissé.

ABSTRACT

This research project aims to understand how public educational policies targeting Primary and Secondary school children and adolescents are being implemented in the Calequisse sector of the Cacheu region, Guinea-Bissau. It seeks to assess the conditions of existing educational infrastructure, examine the public policies applied in rural areas, discuss inequalities between urban and rural regions, and propose solutions to improve school access and retention. The study will adopt a qualitative approach with an exploratory and descriptive nature, using case study as the main research method. Data collection techniques will include a literature review and document analysis (such as the Constitution of the Republic of Guinea-Bissau and the 2010 Education Framework Law). The educational reality in Guinea-Bissau is characterized by structural deficiencies, including a shortage of classrooms and qualified teachers, as well as high repetition and dropout rates. This study is based on the observation that, despite legal milestones such as the 2010 Education Framework Law, significant challenges remain in guaranteeing the right to education, especially in rural areas. The research aims to contribute to strengthening strategies for educational inclusion in vulnerable contexts, promoting the right to education in an equitable manner that is adapted to the realities of rural Guinea-Bissau. It will provide an in-depth and detailed understanding of public educational policies in Guinea-Bissau, with a specific focus on the Calequisse sector, drawing on multiple perspectives and data sources.

Keywords: Public policy. Rural Education. Primary and Secondary Education. Calequisse.

1. INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Pensando na questão da diversidade, não podemos falar de um currículo ou uma política relativa à diversidade cultural sem primeiro conhecer a composição populacional guineense e a sua divisão administrativa. De acordo com levantamento do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022) em 2014, a estimativa da população total da Guiné-Bissau é de 1.514.451 habitantes, sendo 740.981 homens e 773.470 mulheres. A maioria da população (882.496 pessoas) residiam em áreas rurais, enquanto 631.987 viviam em centros urbanos.

A expectativa de vida era de 52,4 anos, conforme o relatório da UNESCO-BREDA (2013), sendo essa distribuição equilibrada entre homens e mulheres. Segundo Cá (1999), a Guiné-Bissau abriga uma riqueza de grupos étnicos, como os Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos, Pepeis, Beafadas, Bijagós, Brames, Felupes, Nalus, entre outros. Quanto à questão administrativa, o país está dividido em três províncias Norte, Leste e Sul, formado por oito regiões (além do Setor Autônomo de Bissau) e trinta e seis setores.

A região de Cacheu, situada no norte do país, e durante o processo de escravidão os colonizadores usavam o porto da capital da região como porto de embarcação dos escravizados trazidos da Guiné-Bissau para as Americas em especial ao Brasil e atualmente, é predominantemente habitada pelos Manjacos. De acordo com dados do Grupo de Investigação e de Realização para o Desenvolvimento Rural (GRDR), em parceria com o Governo Regional e o Gabinete de Planificação de Cacheu (2009), publicados em maio de 2018, a região tem uma população de 185.253 de habitantes, representando 10,9% da população total da Guiné-Bissau, e abrange uma área de 5.175 km².

Além de designar a região, Cacheu é também o nome de uma cidade, que foi a primeira capital da Guiné portuguesa. A cidade ocupa uma área de 746 km² e está situada aproximadamente 100 km da atual capital, Bissau. Segundo Lopes (2011), a região de Cacheu inclui os setores de Bula, Bigene, Cacheu, Caió, Calequisse, São Domingos e Canchungo. A geografia da região é caracterizada por vários braços de rios, tornando o solo altamente fértil e propício ao cultivo de arroz, feijão e amendoim,

o que influencia diretamente a organização social e econômica das comunidades locais.

Entretanto, a região enfrenta desafios significativos. Muitas aldeias estão localizadas entre rios, o que as torna suscetíveis ao isolamento e dificulta o acesso a serviços básicos. Além disso, a falta de apoio do Estado agrava essa situação. Lopes (2011), aponta que essa realidade leva os moradores a desenvolverem soluções auto suficientes dentro de suas comunidades. Como resultado, surgem associações comunitárias baseadas na cooperação e no trabalho coletivo para superar os desafios geográficos e sociais. Além da agricultura, a criação de gado também se destaca como uma alternativa para gerar renda e garantir a segurança alimentar, fortalecendo a economia local e a resiliência das comunidades diante das adversidades.

Analisar como as políticas públicas educacionais são implementadas na Guiné-Bissau, buscando compreender como foram e estão sendo aplicadas as políticas públicas educacionais nas zonas rurais, em especial no setor de Calequisse é o objetivo desta pesquisa.

A escolha deste tema surgiu devido a minha percepção das profundas desigualdades no sistema educativo da Guiné-Bissau. Como nativa da região de Cacheu, setor Calequisse, estudei/vivenciei n/um sistema educativo marcado por sérios problemas dentre os quais: a falta de infraestrutura adequada, escassez de recursos humanos e financeiros, etc. isso corresponde como principal questão que envolve a educação guineense, assim como a fraca participação do Estado no que concerne ao setor educativo das zonas rurais. Esta situação chamou minha atenção; de querer pesquisar sobre esta temática para compreender a melhor forma de funcionamento das políticas públicas educacionais no país.

Com as minhas experiências e vivências, como mulher e nativo do setor de Calequisse senti a necessidade de pesquisar o tema exposto no sentido de compreender e aprofundar meus conhecimentos sobre este assunto, perceber a dimensão do problema e trabalhar pelas possíveis soluções que possam minimizar essa situação.

Além disso, as pesquisas sobre educação na Guiné-Bissau, num certo sentido, apresentam algumas lacunas, pois a maior parte dos trabalhos publicados tende a se concentrar em áreas urbanas ou em análises gerais, sem abordar as particularidades dos estudos em zonas rurais, essa limitação impede compreensão

dos obstáculos enfrentados nas comunidades rurais como a carência de infraestruturas escolares e escassez de professores qualificados.

Alguns autores: Morgado et al. (2016), destacaram que a dependência de ajuda externa limita a implementação de políticas educacionais externas nas áreas mais afastadas, enquanto Semedo (2011), aponta a falta dos professores e as elevadas taxas de evasão escolar como problemas mais graves nas zonas rurais, principalmente na época de comercialização de castanha de caju e a atividade econômica mais produzida do país, sendo um produto estratégico da economia nacional.

É importante lembrar que esses estudos acima citados não detalham a realidade específica do setor Calequisse, onde as infraestruturas são precárias e a desigualdade educacional é notável em relação a zonas urbanas. Lopes (2011), acrescenta que as dificuldades na distribuição de recursos educacionais afetam mais as zonas rurais, contrariando o artigo 49ª da Constituição da República da Guiné-Bissau, que garante o direito à educação para todos, promovendo o acesso igualitário, algo que pouco se concretiza em locais como Calequisse.

Na Guiné-Bissau, percebe-se uma desigualdade na distribuição de materiais didáticos nacionais principalmente educacional. Baseado no artigo 49ª da constituição da república, todos os cidadãos têm direito à educação, e o dever do Estado de fornecer mecanismos que possibilitam a todos o acesso à educação. O descumprimento deste artigo da constituição da república é visto como violação dos direitos dos cidadãos.

A Guiné-Bissau enfrenta dificuldades (instabilidade política que gera descontinuidade nos programas, enquanto a escassez de recursos limita investimentos nas infraestruturas, formação de professores e materiais didáticos) que comprometem o desenvolvimento do setor educativo e o acesso à educação de qualidade. Nas zonas rurais a situação é ainda mais grave, com escolas precárias e distante residências dos alunos/as, onde percorrem quilômetros (km) para ter acesso a educação. A desvalorização dos professores (baixos salários e atraso no pagamento salarial), esses fatos comprometem a qualidade do ensino e dificulta a retenção dos profissionais qualificados. Além disso, a falta de monitoramento impede a identificação de falhas e a realização de ajustes necessários.

Segundo Gadotti (2010), a educação comunitária é fundamental para fortalecer laços sociais em/nas comunidades marginalizadas. Lopes (2011) e Semedo (2011),

ressaltam que a realidade educacional guineense é marcada por carências estruturais, como a falta de salas de aula e de professores qualificados, além das elevadas taxas de repetência e evasão.

A educação é um pilar essencial para o desenvolvimento de qualquer nação. A Guiné-Bissau como um país em desenvolvimento, para minimizar os desafios que se enfrenta na educação, o Estado precisa investir mais na educação, ou seja, aumentar o orçamento para pasta da educação, e assumir o seu compromisso com o setor educativo. Mas também pensar na elaboração e implementação das políticas públicas educacionais que continuarão a combater as desigualdades sociais e educacionais que existem entre zona rural e urbano, assim como igualdade de gênero, possibilitando o acesso e permanência para todos cidadãos.

Este estudo busca compreender de que maneira as políticas públicas educacionais voltadas às crianças e adolescentes nas zonas rurais da Guiné-Bissau, com foco na região de Cacheu, setor de Calequisse, analisando estratégias inovadoras adotadas que estão sendo implementadas entre 2010 a 2025. Serão discutidos desafios como desigualdades no sistema educativo, insuficiências da infraestrutura nas áreas rurais e das políticas públicas no setor educativo. A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando o estudo de caso. As principais técnicas incluem revisão bibliográfica, análise documental sobre as políticas educacionais e entrevistas estruturadas com gestores, alunos/as, professores e membros da comunidade local.

Desse modo, procuramos compreender as formas de implementação de políticas públicas na Guiné-Bissau voltadas ao Ensino Primário e Secundário, particularmente na região de Cacheu, setor de Calequisse. Além disso, pretendemos com este projeto contribuir de forma positiva, e também servirá como a forma de demonstrar real situação de ensino na Guiné-Bissau; e, supostamente, servirá de base para futuros/as pesquisadores/as que pretendem estudar os problemas do sistema educativo nas zonas rurais. Assim como também propor caminhos práticos para superar essas barreiras, visando a inclusão de todos sectores da Guiné-Bissau que de alguma forma deparam com a mesma dificuldade, a terem uma melhoria no que tange às oportunidades educacionais para todos.

1.1 OBJETIVOS

1.2. Objetivo geral:

Compreender de que maneira estão sendo implementadas as políticas públicas educacionais voltadas à educação para crianças e adolescentes do Ensino Primário e Secundário, especificamente na região de Cacheu, setor de Calequisse (Guiné-Bissau) entre 2010 a 2025.

1.3. Objetivos específicos:

- Entender o cenário educacional da Guiné Bissau e suas políticas educacionais.
- Discutir sobre as desigualdades existentes entre as zonas rurais e urbanas no sistema educativo guineense.
- Verificar quais políticas públicas educacionais são implementadas na região de Cacheu, setor de Calequisse.

2. PROBLEMAS

2.1. Problema geral

De que maneira as políticas públicas educacionais voltadas para a educação de crianças e adolescentes do Ensino primário e secundário, especificamente na região de Cacheu, estão sendo implementadas entre 2010 a 2025?

2.2. Problemas específicos

- Como está o cenário educacional da Guiné Bissau e suas políticas educacionais?
- De que forma se estabelecem as desigualdades existentes entre as zonas rurais e urbanas no sistema educativo guineense?

- Quais políticas públicas educacionais são implementadas na região de Cacheu, setor de Calequisse?

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao nosso ver, a compreensão das políticas públicas educacionais no cenário guineense requer a compreensão das suas raízes históricas, isto é, compreender o contexto histórico da educação como de produção e transmissão de conhecimento na Guiné-Bissau. Como se percebe, a história do ensino no país está dividida em três momentos ou períodos: período pré-colonial (educação na tradição oral); período colonial (um sistema de ensino consideravelmente eurocêntrico e excludente) e período pós-colonial, ou seja, pós independência. E vale ressaltar que neste período pós-colonial, a Guiné-Bissau ainda continua com o modelo educativo europeu. Pode-se perceber a existência da transformação e permanência das políticas públicas educacionais, bem como os desafios enfrentados, especialmente no contexto das instituições rurais. Portanto, é importante analisar o sistema da educação oral, ou seja, tradição oral que é a forma de transmissão dos conhecimentos dos nossos antepassados nas comunidades.

3.1. A educação na tradição oral

Antes da chegada dos portugueses na atual Guiné-Bissau, a educação era baseada na transmissão conhecimento na base da oralidade, pelo qual os mais velhos desempenham um papel crucial ao compartilhar histórias, contos, provérbios, assim como na realização de rituais de iniciação e ensinar habilidades práticas aos jovens, o cuidado com a natureza e como técnicas agrícolas. Lourenço Ocuni Cá (1999, p. 89), destaca que, "antes da chegada dos invasores não existia instituições formais de ensino, as pessoas aprendiam paulatinamente em diferentes lugares", ou seja, o aprendizado acontecia de maneira gradual e era transmitido de geração em geração em diferentes espaços, como nas famílias, nos grupos sociais e nas atividades comunitárias.

Vale salientar que, a falta das infraestruturas educacionais como de hoje não significa que não havia instituições educacionais assim como o processo educacionais na Guiné-Bissau, ou seja, o educação onde acontece o processo educacional não deve ser universalizada, pois cada povo adota o espaço favorável para passar o conhecimento. portanto, para este povo, os espaços onde acontece a partilha de conhecimento pode ser considerada instituições.

Segundo Hampâté Bâ (2003, p. 17), “na África, quando um velho morre, é como se uma biblioteca queimasse”. O autor evidencia o papel central dos anciãos como guardiões da memória coletiva, das histórias e dos saberes comunitários. Para o autor, a tradição oral representa uma autêntica pedagogia ancestral, na qual o conhecimento é transmitido de geração em geração por meio da escuta atenta, da repetição, da observação e da convivência. Tal saber está intrinsecamente ligado à vida cotidiana, abrangendo desde técnicas agrícolas, de caça e de tecelagem até valores culturais e espirituais. Nessa lógica, o conhecimento é construído de forma coletiva e contextual, com os mais jovens aprendendo junto aos mais velhos em processos de aprendizagem vivencial.

Conforme Cá (1999) oralidade nas culturas africanas não constitui apenas um meio de comunicação, mas uma epistemologia viva, onde a palavra oral carrega autoridade, sabedoria e legitimidade social. Assim, a educação tradicional africana se revela profundamente comunitária, experiencial e relacional, estando indissociavelmente ligada ao contexto social e espiritual em que ocorre. Essa forma de educação, como podemos perceber, estava enraizada na cultura e na vida cotidiana das comunidades locais, visando preservar tradições, valores e manutenção da ordem social ao longo das gerações.

A educação comunitária, conforme Moacir (2010), é essencial para promover o desenvolvimento das comunidades rurais, fortalecendo os laços sociais e a solidariedade entre grupos marginalizados e empobrecidos. No entanto, a educação nas zonas rurais reflete as disparidades sociais e econômicas presentes em diversos países, globalmente. Nessas regiões (zonas rurais), onde maior parte da população se sustenta por meio da agricultura e de outras atividades primárias, as condições de vida são mais desfavoráveis em comparação com as áreas urbanas. Isso impacta significativamente a educação das crianças que residem nessas comunidades.

3.2. A educação colonial

Com a chegada dos portugueses na atual Guiné-Bissau, o país passou por um processo de mudança económico, político e social a resistência e transformações sociais. Apesar de séculos de presença colonial no solo africano, em especial Guiné-Bissau, o controle colonial foi limitado por muito tempo devido à resistência às populações locais. Este cenário moldou a história e a cultura da Guiné-Bissau. Conforme Gomes (2016, p.17), “quando os portugueses chegaram a esse país, eles passaram a ignorar e inferiorizar a educação tradicional e comunitária.”

De acordo com o autor, percebe-se que a educação tradicional e comunitária, faz parte da cultura e organização social das comunidades locais e foram ignoradas pelos colonizadores portugueses, ou seja, não davam a importância e o valor dos métodos educativos que já existiam, e que foram enraizados na tradição e nos costumes locais. Diante disso, foi estabelecido o modelo educacional eurocêntrico, racista, que refletia os interesses e valores da metrópole (Portugal) ignorando o contexto cultural e social desses povos nativos.

O acesso à educação, no período colonial, era apenas para uma pequena elite, a educação era limitada só para os filhos de colonizadores e dos assimilados grupos de pessoas que passaram por processo de assimilação seja em termos culturais. (Gomes, 2016).).

“Nas escolas formais desse período (escolas criadas pelos portugueses) os conteúdos ensinados eram baseados na realidade portuguesa e, sobretudo, das grandes navegações e conquistas das terras através dos seus heróis” (Gomes, 2016, p.17). Com essa abordagem, percebe-se que o modelo educacional colonial tinha como objetivo moldar as mentes das populações colonizadas para aceitarem a superioridade cultural e política do colonizador, além de fortalecer sua submissão ao domínio colonial. O Sistema colonial, assim se percebe, apagou ou diminuiu o valor das culturas africanas e, ao mesmo tempo, limitou a capacidade dos povos nativos de se conectarem com suas próprias raízes e de desenvolverem um pensamento crítico sobre a realidade em que viviam.

No contexto de uma nação como a Guiné-Bissau, esse tipo de ensino contribuiu para a alienação cultural e a perpetuação de desigualdades, mas também fomentou resistências, como as iniciativas de educação alternativa promovidas pelos movimentos de libertação nacional. Esses movimentos buscavam resgatar e valorizar

os saberes e identidades locais, destacando a importância de uma educação baseada na realidade social e cultural do país.

3.3. Sistema educativo pós-colonial guineense (lei de base)

O sistema educativo da Guiné-Bissau está estruturado em diferentes níveis e modalidades, conforme estabelecido na Lei de Bases do Sistema Educativo de 21 de maio de 2010. Ele abrange a educação pré-escolar/educação infantil, primária/fundamental I e II, secundária/médio, técnico e superior. A educação pré-escolar começa com as crianças de 3 a 5 anos, não é obrigatória, mas desempenha um papel essencial na preparação para o ensino básico. Esse nível é oferecido por instituições públicas, privadas e comunitárias.

Bissau (2010) o ensino primário guineense é obrigatório e gratuito a partir dos 6 anos de idade. Ele se divide em dois ciclos: 1^a ciclo (1^a à 6^a Classe): caracteriza-se pela isenção de propinas/mensalidade, taxas e demais encargos relacionados à matrícula, frequência e certificação. Além disso, há distribuição gratuita de livros e materiais didáticos. 2^o ciclo (7^a à 9^a Classe): dar a continuidade ao ensino, que é fundamental, consolidar conhecimentos e preparar os alunos/as para outra etapa.

O ensino secundário sucede a educação básica e está organizada da seguinte forma: 1^o ciclo (10^a à 11^a Classe): busca fornecer conhecimentos científicos, técnicos e culturais para ampliar as possibilidades acadêmicas e profissionais dos alunos. 2^o ciclo (12^a Classe): consolida a formação e prepara os estudantes tanto para o ensino superior quanto para o mercado de trabalho. O ensino técnico-profissional oferece cursos voltados à inserção no mundo do trabalho, sem excluir a possibilidade de continuidade acadêmica. Por fim, o ensino superior corresponde à formação universitária (Bissau, 2010).

Diante de tudo isso (estrutura educacional), percebe-se que a má política dos governos guineenses tem sido um grande fator do aumento do analfabetismo no país. Ainda pode perceber a falta de programas eficazes de formação continuada para professores/as, o que os impede de lecionar em diversas áreas do ensino. Conforme o Mboto e Paiva (2025).

Havia, e ainda há, muitas dificuldades enfrentadas pelos estudantes das escolas das zonas rurais da Guiné-Bissau, por exemplo, numa escola onde eu estudava tinha, em um pavilhão, apenas duas salas de aulas para muitos alunos. Devido à superlotação era comum numa carteira em que cabia apenas dois alunos sentarem três ao mesmo tempo. (M'boto, Paiva, 2025.p,9).

De acordo com M'Boto e Paiva (2025) percebe-se que esta realidade é comum nas zonas rurais da Guiné-Bissau, os desafios estruturais persistem no sistema educativo guineense, como Tal cenário revela uma precariedade não apenas física, como a insuficiência de salas de aula e mobiliário inadequado, mas também a marginalização histórica das comunidades rurais no planejamento e na alocação de recursos educacionais

Lopes (2014) identificou os diversos desafios que impactam o ensino e a política educativa guineense. Segundo autora, há vários fatores que prejudicam a evolução e o desenvolvimento do sistema educativo da Guiné-Bissau, dentre os quais destacamos as seguintes: baixa qualidade do ensino, sucessivos greves dos docentes, insuficiência quantitativa e qualitativa de instituições escolares, falta de materiais didáticos educativos vitais principalmente nas zonas rurais, o que resulta em um ambiente de aprendizagem precário, e um alto número de professores sem qualificação para o processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, a maior parte dos professores contratados não possui a formação pedagógica adequada.

Quando não houver o investimento que possibilita melhorar as condições nesse setor, a educação deixará de ser um direito a todos, conforme Semedo (2011, p. 1),

(...) o que deveria ser um direito elementar – pois proporcionar o direito à educação às crianças é básico, portanto se trata de um alicerce para a participação do indivíduo no seu exercício da cidadania passa a ser algo reservado aos que têm possibilidades econômicas e uma grande batalha para os que vivem no limiar da pobreza. Nas nossas zonas rurais, essas dificuldades acabam sendo maiores, pois, se nos centros

urbanos e semiurbanos as dificuldades de acesso são grandes, no campo, essas são ainda maiores (Semedo, 2011, p.1).

Na perspectiva de Semedo (2011), o acesso à educação, que deveria ser um direito básico assegurado a todas as crianças, enfrenta sérios obstáculos, especialmente devido às desigualdades sociais e econômicas. A educação deveria ser uma ferramenta de desenvolvimento humano, social e profissional, mas tornou-se um privilégio acessível apenas para aqueles que têm melhores condições financeiras no país.

Diante dessa situação, a população mais afetada encontra-se no interior do país, em especial nas zonas rurais, em que a maior parte do povo vive da agricultura e da pesca. No caso específico de setor de calequisse, observa-se também os mesmos problemas, como por exemplo: a falta de infraestruturas escolares, falta de professores com formação acadêmica (formados na área da educação), as escolas são distantes de outras comunidades, obrigando as crianças a percorrer mais de 4 quilômetros (km) para frequentar as aulas ou para ter acesso a educação. Além disso, a falta de material didático é ainda mais crítica, o que dificulta o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos/as alunos/as do meio rural. Outro agravante é que muitas famílias dependem de camadas juvenis para ajudar nas atividades econômicas, nos trabalhos domésticos e para seus sustento. Isso traz redução no tempo e na energia que elas podem dedicar nas atividades escolares.

A falta de infraestrutura nas zonas rurais ou distantes das cidades originou as dificuldades dos alunos para continuar os seus estudos nas escolas distantes das suas residências, em muitos casos alguns moram numa distância de 5 a 6 km da escola, com esta distância muitos acabam de desistir, pois não existem transportes escolares para os alunos eles têm de ir a pé. (Vilela, 2019, p.10).

Este cenário cria um ciclo de exclusão educacional nas zonas rurais; a falta de políticas educacionais para estas localidades impossibilitam as crianças a desenvolver o seu potencial no processo de ensino e aprendizagem, e dessa forma perpetua desigualdade entre as áreas urbanas e rurais no que diz respeito à

educação. Assim, o que deveria ser um direito inalienável acaba sendo condicionado pela situação econômica e geográfica, mostrando a urgência de políticas públicas que devem garantir o acesso à educação de qualidade e a permanência para todas as crianças, independentemente de onde vivem ou de suas condições financeiras.

3.4 Políticas Públicas Educacionais na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau enfrenta desafios políticos, econômicos e educacionais que impactam diretamente o desenvolvimento do país. No campo político, as instabilidades têm sido constantes, com sucessivas mudanças de governo e uma governança fragilizada por disputas de poder e corrupção. Segundo Djedju (2019), desde a luta de libertação pela independência, as resoluções de conflitos têm ocorrido majoritariamente por meio de violência, sendo o diálogo uma alternativa pouco explorada. A Guerra Civil de 1998 é um exemplo marcante dessa instabilidade, pois impediu a implementação de políticas públicas essenciais, incluindo as educacionais. A destruição das infraestruturas educacionais, a fuga dos quadros em especial docentes qualificados para outros países e a falta de recursos financeiros comprometeram o progresso do setor educacional, agravando as desigualdades já existentes.

No âmbito econômico, a agricultura representa a principal fonte de renda e subsistência da população. Cassamá (2017), destaca que a economia da Guiné-Bissau depende fortemente da pesca e da produção agrícola, com ênfase na castanha de caju e no arroz. Contudo, a precariedade das infraestruturas, como estradas e eletricidade, aliada à desigualdade na distribuição de recursos e à dependência excessiva da ajuda externa, tem dificultado o crescimento econômico e perpetuando a pobreza.

Morgado et al. (2016), apontam que a Guiné-Bissau, ainda depende de ajuda externa e não conseguiu evitar as imposições dos países dominantes. Isso forçou o Estado a seguir agendas globais, resultando na falta de controle sobre suas próprias políticas educacionais e currículos escolares.

A política pública é o processo pelo qual o Estado toma decisões e implementa ações para atender às necessidades da população para alcançar objetivos

específicos. Segundo Souza (2006, p 36.), “A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato faz”. A política pública pode ser entendida como um conjunto de ações e decisões tomadas pelo governo ou outras autoridades públicas com o objetivo de resolver problemas coletivos ou melhorar o bem-estar social.

As políticas públicas são caracterizadas por seu alcance amplo e seu impacto na vida de um grande número de pessoas. Ao contrário das políticas privadas, que são implementadas por organizações ou empresas para atender os interesses próprios (interesse do capital), de um grupo restrito, ou seja, pelo interesse econômico ou por lucro, enquanto que as políticas públicas são voltadas para o bem-estar da sociedade como um todo ou para permitir um equilíbrio social.

Para Rodrigues (2024, p.2), a política pública educacional “deve garantir direitos de acesso e permanência de todos os/as alunos/as com idades escolares”. As políticas públicas determinam as diretrizes e estratégias para melhorar o sistema educativo, garantindo acesso equitativo à educação, promovendo a qualidade do ensino, definindo os currículos escolares e regulamentando as instituições educacionais. Concernente ao que foi abordado sobre as políticas públicas, compreende-se que ela deve levar em consideração a diversidade que existem no país.

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa será desenvolvida utilizando uma abordagem qualitativa, exploratória, que se caracteriza por focar na compreensão aprofundada de fenômenos sociais, ao invés de buscar resultados numéricos ou estatísticos.

Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), "a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de uma determinada realidade social." Esta abordagem permite explorar de forma detalhada as experiências e percepções das pessoas envolvidas, proporcionando uma visão mais rica e contextualizada da realidade estudada.

Entre as etapas da investigação, será realizada uma revisão bibliográfica extensa, examinando obras publicadas: artigos acadêmicos, livros, dissertações de

mestrado e teses de doutorado, e outros materiais relevantes sobre as políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau. Segundo Marconi e Lakatos (2015) a revisão bibliográfica é crucial para construir uma base teórica sólida e compreender o estado atual do conhecimento sobre o tema. Esse levantamento ajudará a identificar as principais questões e debates no campo, além de orientar o desenvolvimento da pesquisa.

Diante do exposto, serão analisados os documentos da Guiné-Bissau, como a Constituição da República (1996); Lei de Base do Sistema Educativo Guineense – LBSE (2010) Plano setorial da educação (2017), Estatuto das Instituições privadas, etc.

Além da revisão bibliográfica e documental a pesquisa será complementada com dados primários por meio das entrevistas; e estas serão do tipo semiestruturada e permitirão explorar as percepções dos professores, alunos/as, gestores e membros da comunidade local acerca das políticas educacionais implementada com base nas suas experiências pessoais nas escolas; no caso, iremos entrevistar 6 docentes, 7 alunos/as, 5 gestores e 5 membros da comunidade das escolas de Escola João Bosco de Batau e Escola Francisco Maria Paulo Liberman-Qui Calequisse do ensino primário e secundário. A opção por uma entrevista desse tipo se dá pela sua flexibilidade, permitindo que o pesquisador ajuste as perguntas conforme necessário e explore em maior profundidade as respostas dos entrevistados. Comporão o roteiro de entrevistas, as seguintes questões:

Roteiro para docentes e equipe pedagógica

1º) Quais políticas públicas estão sendo implementadas atualmente nas escolas da sua comunidade?

2º) Quais são os materiais didáticos necessários para o ensino na sua escola?

3º) Na qualidade de professor do ensino primário e secundário, como avalia a qualidade da educação oferecida atualmente na sua escola/comunidade?

4º) Acredita serem necessários para melhorar a implementação das políticas educacionais no setor de Calequisse?

5º) Para você, as políticas públicas educacionais têm levado em consideração as necessidades da sua comunidade?

6º) Na sua opinião, houve melhoria da infraestrutura nas escolas públicas do setor de calequisse?

7º) Há formações contínuas para os professores nas escolas de Calequisse?

8º) Você considera que as políticas públicas implementadas consideram as desigualdades sociais?

Roteiro para os discentes

1º) Como aluno/a, já ouviu falar da Lei de Bases da Educação em 2010 na Guiné-Bissau?

2º) Quais são as mudanças que gostaria de ver na sua escola para que a educação fosse mais acessível e de melhor qualidade?

3º) Quais são as formas de avaliação didática entre professores e alunos nas escolas públicas de Calequisse?

4º) Você considera que a sua instituição de ensino oferece uma educação de qualidade?

5º) Você consegue assimilar os conteúdos e a explicação dos professores?

6º) Quais são as contribuições que o ensino público oferece para sua para as comunidades do setor de Calequisse?

7º) Você considera que as políticas públicas implementadas consideram as desigualdades sociais?

Depois das entrevistas, as respostas serão organizadas a partir da percepção da equipe pedagógica, docentes e estudantes. Com base nisso, estabeleceremos as categorias de análise que tratarão: da implementação de políticas públicas; educação de qualidade; formação continuada; e demandas da comunidade.

Todos os procedimentos éticos serão seguidos ao longo da pesquisa, incluindo a garantia de confidencialidade dos participantes e o uso adequado dos dados coletados. O projeto passará pela apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade, o que garantirá que todas as etapas serão avaliadas sob o viés ético. Os participantes serão informados sobre os objetivos do estudo e será obtido o consentimento livre e informado antes da participação, assegurando que suas contribuições sejam voluntárias e conscientes.

Com essa metodologia, a pesquisa buscará fornecer uma compreensão aprofundada e detalhada das políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau

especificamente no setor de Calequisse, considerando diferentes perspectivas e fontes de dados.

6. REFERÊNCIAS.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. Constituição da República da Guiné-Bissau. 1996.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Política Educacional da Guiné-Bissau**. Campinas, SP: [s. n.], 1999.

CASSAMÁ, Joel Bacari Fernandes. Análise do Setor da Pesca Artesanal em Guiné Bissau. **Impactos e**.2017.

DJEDJU, Abdou. **A instabilidade crônica da Guiné-Bissau: do golpe de Estado de 1980 a 2018**. 2019. Tese de Doutorado.

FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 527-542, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Educação formal, não formal, informal**: três conceitos vizinhos. Évora, 2012. Disponível em acesso em 26/11/2015.1

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Bruno; DA SILVA, Natalino Neves. Políticas públicas da educação em Guiné-Bissau: desafios para a conquista do direito à educação. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 25, p. e023029-e023029, 2023.

GRDR. **Grupo de Investigação e de Realização para o Desenvolvimento Rural**; Governo Regional; Gabinete de Planificação de Cacheu. Monografia da Região de Cacheu. Guiné-Bissau, (p. 1-63), maio de 2018. Disponível em: www.grdr.org

GUINÉ-BISSAU. **Lei de Base do Sistema Educativo**. Bissau: Ministério da Educação Nacional, 2010.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva: ensinamentos e reflexões**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Guiné-Bissau). *Projecção demográfica 2014-2063*. Bissau: INE, 2022.

LOPES, Catarina. Papel das associações no desenvolvimento rural: estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, na Guiné-Bissau. 2011.

LOPES, Marcos Eugênio Pires de Azevedo. **Avaliação de racionalidades do uso da água na agricultura**: desenvolvimento de modelos conceituais e de procedimento metodológico em apoio à co/auto-gestão de microbacias. 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

M'BOTO, Tiago; PAIVA, Geórgia Maria Feitosa e. A educação como resistência: a trajetória de um estudante guineense. **Revista NUPEM**, v. 16, n. 37, 2024. DOI: 10.33871/nupem.2024.16.37.7871. Acesso em: 22 de março de 2025.

PROENÇA, C. **As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau no período de 1986-2001**. Lisboa, 2003

RODRIGUES, Faustino Manuel. Desigualdade de acesso escolar e avaliação de políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau: desafios e avanços. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 12, 9 de abril de 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/12/desigualdade-de-acesso-escolar-e-avaliacao-de-politicaspublicas-educacionais-na-guine-bissau-desafios-e-avancos>

SEMEDO, Maria Odete da Costa. Educação como direito. 2011.

SOCIOLOGIAS, C. E.; SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [S. l.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 10 mar. 2024, p,26.2006

UNESCO-BREDA. Relatório de monitoria da EPT na África: relatório regional de monitoria de 2013. Dakar: Escritório Regional da UNESCO para a Educação na África, 2013.

VILELA, Avelino. Educação na Guiné-Bissau: ensino nas zonas rurais. 2019.